

O DISCURSO COLONIALISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA EM BUSCA DE UMA NAÇÃO MODERNA

Iara da Silva Castro Almeida¹
Ailton Almeida da Silva Castro²

RESUMO

Este artigo busca dialogar com discursos constituídos no Brasil, no início do século XX, caracterizados pela construção de diversas representações sobre a modernidade no país. Esse debate é ampliado quando se observa discursos de saneamento e higienistas. O que ocorreu no Rio de Janeiro foi um processo mais amplo, marcado pelo reordenamento do espaço urbano, processo que buscou legitimação em preceitos higienistas na capital do país, onde seus governantes desejam embelezar os espaços urbanos enquanto segregam seus uma diversidade de territórios e sujeitos sociais. No primeiro momento é analisada a capital do Rio de Janeiro, envolvido em uma reforma urbana, assim como Manaus, que no boom da borracha conviveu com a implementação de diversos projetos modernizadores em seu espaço urbano, desenvolvidos pelo poder público, as mudanças urbanas proveniente dos interesses da elite. O objetivo da pesquisa é ampliar a discussão sobre o termo moderno no início do século XX, bem como o discurso político que o tempo todo se mostra baseado nas condutas da colonialidade que impõe um padrão mundial de classe racial e étnica. E por consequência não deixamos de debater a respeito da raça que era um grande entrave para o desenvolvimento do país que tinha propósito de ser um país supostamente moderno. No entanto não era apenas a questão racial que mantinha o Brasil num degrau abaixo na escada mundial, antes havia um detalhe importante que eram as doenças, entre as mais conhecidas o mal de chagas e a febre amarela, estas representavam um grande problema para a construção da nacionalidade, onde o “salvador da pátria” seriam os médicos, cientistas e engenheiros com uma tarefa árdua de civilizar, estes tinham em suas mãos a legitimidade e cabia a eles a solução do Brasil ainda não moderno.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil na Primeira República. Discurso modernista. Saneamento no Rio de Janeiro. Saneamento no Brasil. Belle époque.

ABSTRACT

This article seeks to dialogue with discourses constituted in Brazil, at the beginning of the 20th century, characterized by the construction of diverse representations about modernity in the country. This debate is widened when one looks at sanitation discourses and hygienists. What happened in Rio de Janeiro was a broader process, marked by the reorganization of urban space, a process that sought legitimacy in hygienic precepts in the capital of the country, where its rulers

1 Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Acre (UFAC) e Pedagogia pela UNINTER. Aperfeiçoamento em História e Cultura dos povos indígenas pela UFOP. Concluindo Pós-graduada em Planejamento, Gestão e implementação em Ead pela UFF. Mestranda no curso de letras: Língua e Identidade pela UFAC. Professora substituta no curso de História da Universidade Federal do Acre - UFAC. E-mail: iaracastroalmeida@gmail.com

2 Graduado em Gestão Pública pela UNOPAR. cursando Pós-graduação em Didática do Ensino Superior pela UNINORTE. Corretor de Imóveis e Diretor de Gestão urbana da PMRB. E-mail: ailton.castroo@gmail.com

wish to beautify urban spaces while segregating their a diversity of territories and social subjects . At the outset, the capital of Rio de Janeiro, involved in an urban reform, was analyzed, as was Manaus, which in the rubber boom coexisted with the implementation of several modernizing projects in its urban space, developed by the public power, urban changes from the interests of the elite. The aim of the research is to broaden the discussion of the modern term in the early twentieth century, as well as the political discourse that is all the time based on the conduct of coloniality that imposes a world standard of racial and ethnic class. And consequently we did not cease to debate about the race that was a great obstacle to the development of the country that was intended to be a supposedly modern country. However, it was not only the racial question that kept Brazil on a step down on the world ladder, but before that there was an important detail that was the diseases, among the most well-known the disease of sores and the yellow fever, these represented a great problem for the construction of nationality, where the “savior of the fatherland” would be doctors, scientists and engineers with an arduous task of civilization, they had in their hands the legitimacy and they had the solution of Brazil, not yet modern.

KEYWORDS

Brazil in the First Republic. Modernist speech. Sanitation in Rio de Janeiro. Sanitation in Brazil. Belle époque.

INTRODUÇÃO

Com a queda do Império no Brasil no ano de 1889 e o surgimento da República, regime fortemente influenciado pelo pensamento Positivista, percebe-se que algumas concepções/preceitos, passam a ser enfatizados por ocupantes de importantes cargos públicos, entre eles, a busca, quase obsessiva, pela implementação de preceitos caracterizados, à época, como modernos.

Parte significativa desses ditos preceitos expressou-se através de processos de intervenção do poder público no espaço urbano de diversas capitais brasileiras, em especial no Rio de Janeiro. As mudanças implementadas no espaço urbano da capital brasileira, caracterizadas por promoverem intensos processos de exclusão dos mais pobres, assim como o desenvolvimento de diálogos sobre a concepção de modernidade que prevalecia entre ocupantes de cargos públicos, no final do século XIX e início do século XX constituem-se nos principais objetos de análise desse artigo.

Mas antes de adentrar nesta discussão é fundamental que se dialogue com movimentos de invenção do moderno, ressaltando Baudelaire na obra: “Sobre Modernidade”, que prevalece, a partir da segunda metade do século XX, uma forte relação entre o conceito de moderno e tecnologia (ferrovias, luz elétrica, urbanização etc.). No entanto, para se refletir a respeito desta concepção contemporânea de moderno é importante entender as influências que se fizeram

presente por detrás destes processos e períodos. Daniel Cruz nos auxilia e sinaliza sobre outros séculos e diz que:

As grandes navegações dão uma nova visão de mundo no contato de novas culturas, o Renascimento e a Reforma Protestante trazem mudanças cruciais principalmente no âmbito religioso e político. [...] O Movimento Iluminista, grande propagador do projeto moderno, depositou uma confiança cega e ilimitada na razão a ponto de o século XVII ser denominado o “Século das Luzes”. (CRUZ, 2011, p. 33)

Concordo com Cruz quando cita as grandes navegações, bem como as mudanças no âmbito político e religioso. Nesse momento, lembrei-me da chegada dos europeus aos espaços que hoje conhecemos como Amazônia e Brasil, a partir do século XVI. Esse processo, caracterizado pela busca do Eldorado, leva os colonizadores ao encontro de diversas etnias indígenas, sobre as quais tentam impor ações de exploração e modelos “civilizatórios”, assentes em uma perspectiva eurocêntrica e etnocêntrica. Desta forma, o colonizador sobrepõe sua cultura, como se seus modos de vida, costumes, religião fossem superior ao dos nativos. Na modernidade é semelhante, ela é difícil de definir, embora se apresente como superior ao que estava posto, sendo o hoje melhor que o ontem, embora no dia de amanhã o hoje já é passado ou ultrapassado.

[...] difícil definir a modernidade, pois se trata de um período histórico que é ao mesmo tempo passado e presente. No geral, ela é um processo de transformações do pensamento ocidental iniciado no século XVI onde há uma ruptura com a tradição medieval. Michel Foucault (1984) no seu texto o que é o iluminismo diz que o tempo moderno é “tudo isso, a filosofia como problematização de uma atualidade e como interrogação para o filósofo dessa atualidade da qual faz parte e em relação à qual tem que se situar, poderia caracterizar a filosofia como discurso da modernidade e sobrea modernidade.” (CRUZ, 2011, p. 34)

A história classifica os fatos e acontecimentos em temporalidades, onde os períodos se estabelecem como: pré-histórico, antigo, medieval, moderno, pós-moderno e contemporâneo. Essas idades vão dando tom de classificação, tornando o próximo período cada vez melhor, mais adequado e mais atualizado. Veja que o pré-histórico da um tom de ultrapassado e obsoleto, enquanto

o período antigo se alto denomina como velho e em desuso, a palavra antigo remete o contrário do moderno. Antigo é geralmente utilizado para demonstrar que algo ou alguém já não se enquadra mais nos moldes atuais, que deve ser substituído por algo mais bonito, mais atual e contemporâneo, isto é supostamente novo.

Uma das características dos tempos modernos:

Já não mais indaga por aquilo que é a realidade, mas por suas possibilidades. Se na antiguidade e na Idade Média, o homem considerava verdadeiro o pensar de acordo com o que existe na realidade, nos tempos modernos inverte sua postura dizendo que aquilo que pode pensar, poderá realizar. O homem passa a interessar-se não tanto por aquilo que já é, mas aquilo que ainda poderá ser. (URBANNO ZILLES, 1993, p. 10).

O pensamento que permeia a tão sonhada sociedade moderna é a transformação no sentido mais amplo da palavra quer seja em urbanização, expansão, tecnologias, medicina, e entre outras coisas. Na virada do século XIX e início do século XX, mudanças significativas ocorriam em algumas regiões brasileiras, a exemplo da (mudança) no regime político, oscilações no mercado da borracha na Amazônia, a transformação de Belém e Manaus em referências como cidades modernas, o Marechal Rondon implantava o telegrafo na Amazônia, entre outras ações Brasil afora. Mas existia uma coisa em comum nestas ações, todas elas buscavam alcançar evidência nacional.

É exatamente essa evidência, a busca pelos interesses e propósitos de uma nação de referência através da remodelação das cidades que os discursos políticos e médicos que se arranjavam para a busca de uma nação aprovada pelo olhar colonizador. É sobre isso que discutiremos nas próximas linhas deste texto.

O BRASIL E UMA BUSCA PELA REPRESENTAÇÃO DO MODERNO

O governo de Campos Sales, no período de 1898 a 1902, tinha, entre outras prioridades, o projeto de sanear a economia do país. A perspectiva era transformar a imagem do Brasil, que deveria ser representado enquanto uma nação pacífica, gerenciada por um governo competente. No recém-instalado regime republicano, Campos Sales era o quarto presidente. Embora o mesmo já tivesse larga experiência política no estado de São Paulo, não deixou de ter alguns tropeços em sua administração, todavia seguia em frente na sua missão de saneamento do Rio de Janeiro.

O período em que ocorreram fortes intervenções do poder público no Rio de Janeiro se deu quando Campo Sales estava na presidência. No entanto, ao tratar sobre o tema, é fundamental fazer referência ao responsável pela execução das ações, no caso, o prefeito Pereira Passos. A reforma urbana feita através de Pereira Passos ficou bastante conhecida como O *Bota-Abaixo*, pois visava além do saneamento, o embelezamento e urbanismo da cidade, dando ao Rio de Janeiro ares de cidade moderna, típica de grandes centros urbanos. Mas esta influência foi construída no período que estudou na França, período em que pôde assistir a reforma urbana de Paris.

O problema do saneamento do Rio de Janeiro foi sempre considerado, por todas as autoridades que dele se têm ocupado, como dependendo em grande parte da remodelação arquitetônica de sua edificação e consequentemente da abertura de vias de comunicação duplas e arejadas em substituição das atuais ruas estreitas, sobrecarregadas de um tráfego intenso, sem ventilação bastante, sem árvores purificadoras e ladeadas de prédios anti-higiênicos. (BENCHIMOL, 1990, p. 235)

Por detrás desta imagem que o governo brasileiro queria passar, observa-se a preocupação do governo em constituir uma representação da cidade do Rio de Janeiro que a aproximasse de modelos e padrões europeus. Como diz Benchimol, “o Rio de Janeiro à altura de Buenos Aires”. A modernidade é carregada de simbolismo e neste embelezamento da cidade se delimita quem é mais adequado para esses espaços. Enquanto se preocupava em modernizar a capital havia uma população menos assistida que perdia a dignidade ao perderem os seus empregos.

O Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, promoveu um programa de contenção de despesas públicas, do qual constava a demissão em massa de funcionários e operários, a suspensão de serviços e pagamentos, a criação de novos impostos e aumento dos existentes, fazendo surgir os impostos de consumo e do selo [...] agravando ainda mais as condições de vida da população pobre, já atingida pelo desemprego e pela recessão. (CUKIERMAN, 2003, p. 88)

Essa recessão aguda atingiu vários setores da economia brasileira, da mesma forma atingiu a popularidade do governo de Campos Sales, que viu sua popularidade cair de forma acelerada. O que parece é que o tiro saiu pela

cultra³, pois o mesmo queria passar uma boa impressão, com demonstração de nação pacificadora e moderna,mas o que de fato aconteceu foi que acabou por criar medidas que o tornaram impopular.

Para obter resultados aos objetivos propostos erane necessário algumas mudanças, como a reforma urbana e o saneamento, assim como nos explica Cukierman:

A **reforma urbana** capitaneada por Pereira Passos, prefeito nomeado da capital, compreendia essencialmente a reforma do cais ampliando sua extensão e profundidade, bem como o desmonte da malha colonial de ruelas em torno do porto, mudando por completo o panorama da região central da cidade [...] Já o **saneamento da capital** implicava um combate sem tréguas à peste bubônica, à febre amarela e à varíola, moléstias cujo sombrio espectro afugentava os estrangeiros e suas embarcações. (CUKIERMAN, 2003, p. 89)

Sem dúvida havia uma busca incessante por ideias modernas neste modelo governamental, tanto da capital do país quanto nas ações do próprio governo federal. Se analisarmos as características da carta o Manifesto da Nação, de Rodrigues Alves, onde o mesmo demonstra uma preocupação demasiada com o saneamento, se vê ações que iam de encontro com a busca por uma capital de referência. Seria acaso um modelo de cidade nos moldes de Paris que se queria alcançar? A chamada Paris Brasileira ou mesmo uma Belle époque Carioca? Obviamente Manaus não foi uma referência para o Rio de Janeiro. Porém a transformação destas cidades havia algo em comum, a saber, a satisfação dos anseios da elite que ali se encontrava.

Entre 1892 e 1896 [...] Manaus foi transformada [...] Foram introduzidos mecanismos legais que visavam a promover um melhor controle do espaço urbano e a nortear a ocupação de novas áreas, garantindo assim os rumos da expansão urbana. O Código Municipal de Manaus, de 1893, fornece as indicações de uma cidade pensada como “moderna”. Ele não é apenas um instrumento de ação sobre o espaço; é também um artifício para a consecução de uma nova sociedade. Por um lado, restringia posturas e hábitos indesejáveis; por outro estimulava atitudes mais apropriadas a uma “cidade sonhada” e adequada ao “progresso” e à ordem pretendidos. (DAOU, 2004, p. 35)

3 O tiro saiu pela culatra – Significa dizer quando as coisas dão erradas, quando acontece ao contrário do esperado. Dicionário de expressões.

Ana Maria Daou nos ajuda a pensar que essa “tal modernidade” não apenas muda a imagem da cidade, mas deseja transformar os hábitos dos que ali vivem, os colocando diante de códigos posturais, capaz de identificar os indivíduos como adequados ou não ao padrão desejado. Assim, “povos e culturas são submetidos pelo colonialismo e pela colonialidade instituída por experiências europeias”. (ANTONACCI, 2014, p. 55)

Na prática, para que a capital do país fosse transformada em um cartão de visita, assim como era o desejo de Rodrigues Alves, era necessário que seus representantes trilhassem um caminho, onde eles não iriam caminhar sozinhos, antes deveriam ter em sua companhia pessoas que tivessem um perfil que proporcionasse uma condição de “verdade”, que validasse de fato as informações, esses agentes seriam os “cientistas, médicos e engenheiros com a tarefa de mostrar ao mundo que era possível existir vida saudável e inteligente sob o calor abrasador dos trópicos”. (CUKIERMAN, 2003, p. 90)

Esses agentes apresentariam discursos e argumentos que legitimassem e fortalecessem essas ideias de modernidade enquanto que em plano de fundo predominam planos que atendam aos interesses das elites da época.

Nesta perspectiva de modernidade, abro um parêntese para dois pontos contundentes nesta discussão. O primeiro é a relação com a concepção de moderno no final do século XIX e início do século XX, o segundo ponto é problematizar o discurso governista? Para isso me apropriei de uma discussão feita por Diacon na obra *Rondon: o marechal da floresta*, onde propõe uma breve análise sobre identidade moderna a partir de intelectuais urbanos e líderes políticos.

Na América Latina, isso significa que os intelectuais procuraram na Europa as pistas e idéias sobre como construir uma nação supostamente moderna. Eminentemente pensadores europeus oitocentistas afirmavam que uma raça (um povo) compunha a nação e acreditavam que grupos intermediários ou minorias a destruíam. Assim, no Brasil, a construção da nação, em fins do século XIX e início do século XX, passou a ser, sobretudo uma tentativa liderada pela elite para criar um povo, uma raça ou um tipo nacional. (DIACON, 2006, p. 21)

Diante deste ponto de vista colocado por Diacon, é essencial observar que o conceito de moderno na virada do século XIX era uma construção de

ideias que padronizava e enquadrava os indivíduos, e os colocava diante de uma separação cultural, econômica, social, e política, uma espécie de Apartheid Brasileiro latente. Aqueles que não se encaixam estão fora do que se conhece como moderno, assim vai se criando conceitos e fazendo diferenciação entre o novo e o velho, o bom e o ruim, o moderno e o antigo, segregando de forma sutil os menos assistidos, tudo isso a partir de uma narrativa modernizadora que passa a idéia de superior propagando uma perspectiva de dias melhores, quando mesmo é uma ferramenta de exclusão e separação de classes.

[...] a idéia de progresso, que faz com que o novo seja considerado melhor ou mais avançado do que o antigo; e a valorização do indivíduo, ou da subjetividade como lugar da certeza e da verdade, e origem dos valores, em oposição à tradição isto é, ao saber adquirido, às instituições, à autoridade externa. (MARCONDES, 2004, p. 140).

Sob o olhar de Todd Diacon, que cita nesta análise o historiador Eakin onde explica que: “ser moderno era ser branco e europeu, mas a maioria dos brasileiros não era nem uma coisa e nem outra” nesta perspectiva o autor se debruça a problematizar que o Brasil tinha um problema grande, pois:

Os cientistas brasileiros aceitavam as hierarquias raciais do darwinismo social e supunham que os imigrantes europeus ajudariam a “branquear” a população do Brasil, produzindo com isto uma nação “moderna” [...] segundo as teorias racistas européias, qualquer mistura de brancos com não-brancos resultaria em um povo inferior. (DIACON, 2006, 21)

Nesta perspectiva o Brasil estava diante de uma problemática sem precedentes, pois se percebe que ainda que nas melhores das intenções ou mesmo nas melhores propostas de modernização da cidade com transformações e/ou higienizações, o Brasil não alcançaria a tão sonhada igualdade racial que era uma condição essencial para uma nação supostamente moderna. Isto é, a partir destas narrativas construídas por Martius, ainda na primeira metade do século XIX, que inventaram o mito da democracia racial no Brasil. Considerando nesses moldes de miscigenação, o Brasil estaria condenado a ser um país que não se enquadrava/encaixava nos moldes da colonialidade europeia.

BRASIL NA PRIMEIRA REPUBLICA É UM GRANDE HOSPITAL

Em busca da tão sonhada modernidade, o Brasil tinha além da questão racial e urbanística, outro problema para solucionar. De nome estranho e resolução difícil e complicada, a tripanossomíase mais conhecida como o mal de chagassomada a outras doenças endêmicas como febre amarela, era algo que tirava a paz dos sanitaristas e dos governistas brasileiros. Estas doenças vinham acompanhadas de um discurso médico, elas simbolizamo retrocesso, o grande mal da nação, a inferioridade, representavam o calcanhar de Aquiles da nação.

Essa discussão é feita por Nísia Lima e Gilberto Hochman, no texto: Condenado pela raça, absorvido pela medicina na primeira República, onde tratam sobre o movimento sanitarista, ocorrido no Brasil na segunda década de 1920. Vejamos o que os autores nos dizem:

O brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos. [...] de 1916 à 1920, proclamou a doença como principal problema do país e o maior obstáculo à civilização. (LIMA & HOCHMAN, 1996, p. 23)

A partir da visão dos autores acima citados, que se baseiam na concepção dos médicos-higienistas que destacam algumas descrições do perfil do cidadão brasileiro, colocando-o como um cidadão desprovido de força, que não tem vigor, que age com preguiça, que não se dedica naquilo que realiza e etc. A partir destas concepções prévias do brasileiro, que se torna necessário que se tenha a intervenção do estado nacional, pois esse mal é um grande impedimento que limita o progresso brasileiro. Veja que o foco não é a preguiça do cidadão, mas a doença que não o deixa reagir.

A expressão Brasil doente dialoga fortemente com a frase: “O Brasil é um imenso hospital” proferida por Miguel Pereira, um médico e professor da faculdade de medicina do Rio de Janeiro em 1916, ele inclusive repete-a na homenagem feita a Carlos Chagas e demonstra de forma enfática a descoberta do mal de chagas. Esta frase tem uma grande repercussão a nível nacional, sendo ela capaz de transformar o tema em um imenso debate público (LIMA & HOCHMAN, 1996, p. 24)

De certo que as doenças representavam um problema para a cons-

trução da nacionalidade como já aqui expressei, ela transmite a fraqueza e a vulnerabilidade da nação. Porém por trás desses discursos havia uma elite que se sentia autoridade e, sobretudo se fazia ser autoridade, não tão preocupada assim com as doenças mais com o papel social que ela representava na sociedade. Buscavam esse papel central na resolução deste problema nacional, sendo que ao “médico cabia substituir a autoridade governamental”. Não podemos aqui ignorar o discurso da higienização, é importante observar atentamente que o discurso de higienização era uma espécie de controle do corpo, a vacinação, por exemplo, serve para que efetivamente estabeleça regras e normas, condutas e comportamentos éticos. Não se trata apenas de um discurso comum, mas de um discurso político intencional, é efetivamente um ataque que gerou muitos impactos, que foi transformando o Brasil num país doente logo na primeira República. É a partir desta representação de poder que o discurso se torna “verdade”, algo normal, como se sempre estivesse ali presente, não cabendo inclusive questionamento.

[...] em 1893 o cólera produziu muitas vítimas em Belém; na primeira década do século XX, Belém e Manaus eram grandes focos de febre palustres, especialmente a malária, que dizimavam sobretudo os estrangeiros, desprovidos de imunidade. Para solucionar o problema – que difamava a cidade e amedrontava seus moradores -, o governo promoveu uma campanha de erradicação do impaludismo, solicitando os serviços de Oswaldo Cruz entre 1910 e 1911. (DAOU, 2004, p. 32)

O Instituto Oswaldo Cruz foi criado em 1900, na Capital Federal, durante a epidemia de peste bubônica, este sucedeu o Instituto Soroterápico. A gestão de Oswaldo Cruz vai de 1903 a 1917, e a partir daí tornou-se um importante e conceituado centro de pesquisa e formação de profissionais especializados em saúde pública. (LIMA & HOCHMAN, 1996, p. 24)

Em discussões do mestrado em letras: linguagem e identidade, nas aulas da disciplina “a constituição dos saberes científicos e os conflitos com outras artes de curar, no Acre territorial” muito se discutia respeito da figura do médico, figura esta inquestionável, ainda que esteja equivocado não há quem ouse enfrentá-lo. Isso ocorre porque o médico tem diante da sociedade um papel de poder científico que se mostra como ciência e que se revela não como ideológico, muito menos baseado em senso comum, antes é científico e “verdadeiro”. Desta forma o médico se tornou uma figura que gera no cidadão confiança e

legitimidade, isso é uma construção histórica que deu ao médico o privilégio do saber científico que não cabe dúvida, devendo, portanto se servir de grandes homenagens e merecedores de cargos do alto escalão do serviço público, quer seja por descobertas de doenças quer seja por descoberta da cura das mesmas.

As homenagens a Aloysio de Castro e Carlos Chagas expressaram o conagraçamentos da elite médica do período que ocupava os cargos mais importantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Academia Nacional de medicina em torno da descoberta de um pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, que foi celebrada, naquele momento, como uma vitória que ultrapassou os limites do instituto de pesquisas, transformando numa conquista da medicina brasileira. (LIMA & HOCHMAN, 1996, p. 25)

Essas comissões e instituições tinham um trabalho de avaliar as condições sanitárias e mostravam uma população doente em um país mergulhado em várias doenças, um verdadeiro caos, não bastava ser uma população pobre e de cor, tinha o agravante de ser uma sociedade doente, somado a médicos interessados em títulos que davam visibilidade, autoridade e dizibilidade, políticos voltados para uma visão de ordem e progresso enquanto a maioria da nação era pobre e escravizada.

CONCLUSÃO

Concluo esse debate sobre o Brasil e o Rio de Janeiro no fim do século XIX e início do século XX, entendendo que a tão sonhada modernidade no Brasil República foi uma construção de elementos como a ampla urbanização, os embates raciais e as intervenções médicas, todas unidas num só propósito que era a civilidade. A fim de formar um padrão nacional que atendessem as expectativas mundiais, esse era o motivo de tanto empenho do governo brasileiro.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder. [...] Colonialidade é um conceito diferente, ainda que vinculado, a Colonialismo que se refere estritamente a uma estrutura de dominação/exploração. (QUIJANO, 2009, p. 73)

Esse debate proposto por Quijano é bastante pertinente para essa

discussão que estamos fazendo. Usando esse conceito de colonialidade o autor nos ajuda a pensar sobre essa demasiada imposição de um padrão mundial que é configurada pelo poder capitalista. Que vem a partir de um discurso de atrair o novo que nesse caso configura-se como moderno, essa busca incessante gera resultados significativos no sentido do embelezamento dos centros urbanos, enquanto no restante dos espaços não é dado tanta importância e atenção, além disso, o sentido de modernidade tem ação prejudicial não somente do ponto de vista da cidade, em especial nos lugares mais afastados das áreas centrais. Antes tem impacto direto nos indivíduos, nos agentes que permanecem refém de um sistema que na proposta do discurso demonstra preocupação com a maioria da população, embora a prática não atenda as propostas iniciais. Isto quer dizer que todo esse emaranhado de ações representam uma forte relação de poder que envolve o governo estabelecido com a classe médica, os cientistas e engenheiros da época.

Como conceito de poder é primordial saber a etimologia da palavra poder, para tanto me baseio na pesquisa de Isabella Ferreirinha e Tânia Raitz. *As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas*, que apontam a raiz, e o seu significado na esfera social e política e no dicionário comum.

(...) Vem do latim vulgar *potere*, substituído ao latim clássico *posse*, que vem a ser a contração de *potis esse*, “**ser capaz**”; “**autoridade**”. Dessa forma, prática, a etimologia da palavra poder torna sempre uma palavra ou ação que exprime **força, persuasão, controle, regulação** etc. De acordo com o dicionário de filosofia, a palavra poder, na esfera social, seja pelo indivíduo ou instituição, se define como “**a capacidade de este conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influência** (...)”. No dicionário de política, encontramos a definição de poder mais elástica. Ainda que exista a preocupação de colocá-lo em esferas distintas: **poder social, poder político, poder constituinte, poder moderador, poder potencial, poder coordenador**, entre outros. Ainda assim, o que se vê é a palavra poder associada ao cerne da **autoridade** (...). Por fim, em um dicionário comum da língua portuguesa o significado de poder é apreciado em 18 sinônimos, com destaque para: “**ter a faculdade ou o direito, de: poder determinar algo**”; “**dispor de força ou autoridade**”; “**direito de deliberar, agir ou mandar**” (FERREIRINHA, RAITZ, 2010, p. 370)

Essas autoras abrem um leque de opções que nos proporciona pensar sobre a relação de poder advinda dos representantes da nação, com seu poder de comando que exercem em seu cargo como autoridade. Onde usaa meu ver primeiro a persuasão, mas caso precise usa também a força afim de regular e controlar os agentes sociais, quer seja por direito ou por influência. Assim o estado usa discursos fantasiosos que muitas das vezes os resultados nunca chegam até a população mais afastada dos centros urbanos, atendimentos que nunca chegam até a ponta, resultados que ficam na história como utopia e assim caminha a humanidade... Como um trecho da música: *O resto do mundo* do Gabriel o pensador que diz: **Eu sou sujo, eu sou feio, eu sou anti-social. Eu num posso aparecer na foto do cartão postal. Porque pro rico e pro turista eu sou poluição. Sei que sou um brasileiro. Mas eu não sou cidadão.**

Essa música fala de identidade, de classe social, de sonhos e incertezas, fala da moral, do olhar do outro e nos diz muito a respeito da hipocrisia dos governantes. Talvez não seja somente para o rico e para o turista que o pobre e o mendigo sejam a poluição das cidades, mas para toda uma coletividade que insiste em organizar a sociedade em um padrão onde não há atendimento básico de saúde a todos, onde não há emprego, onde há um percentual grande de anal-fabetos, onde a maioria é pobre e não tem oportunidade. Que padrão é este sem as mínimas condições? Que modernidade é esta, fico a me perguntar?

REFERÊNCIA

- ANTONACCI, M. A. **Corpo e tradições orais na decolonialidade de histórias da diáspora.** In: ALBUQUERQUE, G. R. & ANTONACCI, M. A. Desde as Amazônias – Colóquios (volume 1). Rio Branco (AC): Nepan Editora, 2014, pp. 55-71.
- BENCHIMOL, J. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990, pp. 235 a 311.
- CUKIERMAN, H. **Yes, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a História da Ciência no Brasil.** Rio de Janeiro: RelumeDumará, FAPERJ, 2003, pp. 88 a 142.
- CRUZ, Daniel Nery da. **A discussão filosófica da modernidade e da pós-modernidade.** Μετάvoια, São João del-Rei/MG, n.13, 2011. Revista Eletrônica Print by <https://goo.gl/Reg7Hu>.
- DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica.** 3º Edição – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.
- DIACON, Todd A. **Rondon: o marechal da floresta.** Tradução Laura Teixeira Motta – São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- Dicionáriode expressões -<https://goo.gl/onCi6x>. Acessado em 14/02/2017
- FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. **As relações de poder em Mi-**

Michel Foucault: reflexões teóricas. Revista de administração pública RAP. Rio de Janeiro. Mar/Abr 2010. Disponível para baixar em PDF: <https://goo.gl/iahnK5>.

LIMA, N. T. & HOCHMAN, G. **Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista.** In: MAIO, C. M. & SANTOS R. V. **Raça, Ciência e Sociedade.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ – Centro Cultural do Banco do Brasil 1996, pp. 23 a 40.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. Revista Eletrônica: <https://goo.gl/aM38tu>.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social.** In SOUZA SANTOS, B.; MENESSES, P (orgs.) Epistemologias do Sul. Coimbra, CES/Edições Almedina, 2009.

ZILLES, Urbano. **A modernidade e a Igreja.** Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

Data de recebimento: 28/12/2017

Data de aceite: 30/01/2018